


 <b>FAXINFORME</b>	<b>CLIPPING</b>			<b>Tiragem:</b> 106.993		
				<b>Área:</b> 814cm <sup>2</sup> / 28%		
<b>Data:</b> 20.01.2013	<b>Tipo:</b> Jornal Nacional Diário	<b>Secção:</b> Nacional	FOTO	<b>Cores:</b> 4 Cores	<b>Pág:</b> 1;10;11	



**Ex-autarca de Alandroal, Évora, julgado por 207 crimes de peculato**  
**● Autarquia pagou viagens para “satisfação do seu interesse lúdico”**

# CIRURGIAS EM CUBA USADAS PARA “TURISMO SEXUAL”

**Nelson Morais**

**João Nabais, ex-autarca do Alandroal, começa a ser julgado, a 21 de fevereiro, por 207 crimes de peculato. É acusado de ter feito 120 viagens “para exclusiva satisfação do seu interesse lúdico”.**

**A** maioria das viagens (89) diz respeito a deslocações e pernoitas em Lisboa, enquanto as restantes tiveram por destinos os Açores e a Madeira e, sobretudo, o estrangeiro. Para a acusação, “não contribuíram nem eram suscetíveis de contribuir para a satisfação dos interesses do município”. O seu principal e verdadeiro motivo, segundo o Ministério Público (MP), prendia-se com o gosto do ex-autarca do PS, derrotado nas eleições de 2009, por viagens, “diversão noturna” e “turismo sexual”.

Assim terá sido, até, com cinco viagens do “Programa Milagre”, que João Nabais deslineou, em 2008, a pretexto de garantir operações às catastróficas, em Cuba, a 50 municípios. Custaram 116.504 euros. “Na verdade, pretendia apenas encontrar um subterfúgio que lhe permitisse deslocar-se e permanecer o máximo tempo possível em Hava-

na, em turismo sexual, razão por que nem sequer procurou resposta do Serviço Nacional de Saúde do Alentejo”, concluiu o Tribunal de Instrução Criminal de Évora, no despacho de pronúncia proferido em dezembro de 2011, que manteve a acusação do MP por 117 crimes de peculato e 90 de peculato de uso.

O MP diz que Nabais, contrariamente a autarcas com programas semelhantes, foi com pacientes nas cinco viagens (quatro delas em dois meses), quando, já em Havana, só jantava com eles. Integraram ainda a comitiva 25 funcionários da Autarquia e indivíduos que lhe eram politicamente próximos.

“Batismo de voo”, “Vamos à Disney” e “Parque Isla Mágica” são outros programas criados por Nabais para levar munícipes à Madeira, Paris e Sevilha, com custo público de 190 mil euros, em vésperas de eleições autárquicas.

As restantes viagens ao estrangeiro foram feitas por comitivas mais restritas, ao Brasil, Peru, Equador, Cabo Verde, Holanda, Polónia, Bélgica, Áustria e Luxemburgo, além de França e do destino aparentemente favorito do autarca, Cuba. O pretexto eram congressos, protocolos de geminação e outras iniciativas

que “nada” podiam contribuir para o Alandroal, dada a localização, população e elevado nível de endividamento deste concelho do Interior alentejano, entende o MP.

A acusação sublinha que, “com o decorrer do tempo e a acumulação do número de viagens, o arguido passava semanas ausente do município, dificultando a gestão dos seus assuntos correntes e esgotando recursos financeiros necessários à satisfação de necessidades básicas da população”. ●

**VIAGENS “NÃO CONTRIBUÍRAM (...) PARA A SATISFAÇÃO DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO”, DIZ MP**

**FAXINFORME****CLIPPING****Jornal de  
Notícias****Tiragem:** 106.993**Área:** 814cm<sup>2</sup>/ 28%**Data:** 20.01.2013**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Nacional**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:**1;10;11**PROCESSO EM NÚMEROS**

120

**viagens**

entre países estrangeiros e Lisboa foram consideradas suspeitas pelo MP.

640

**mil euros**

é o montante aproximado das viagens suspeitas contabilizado na pronúncia.

117

**crimes de peculato**

são imputados a Nabais. A pena por cada pode chegar aos oito anos de prisão.

90

**crimes de peculato de uso**

são atribuídos a João Nabais. Por cada, arrisca até um ano de prisão ou multa.

**REAÇÃO****“Julgamento político”**

João Nabais enviou ao JN, por escrito, a sua posição – que aqui reproduzimos na íntegra – sobre este processo.

“**OS ANOS** em que tive o privilégio de ser presidente da Câmara Municipal do Alandroal permitiram-me a mim e a uma vasta equipa de cidadãos dedicados e competentes, autarcas, dirigentes e funcionários, construirmos, em conjunto, um ciclo de transformação e progresso que ficarão para história deste concelho. Apesar disso, houve quem entendesse levar-me apenas a mim e sozinho ao banco dos Réus para ser julgado pelo que fizemos.

Por se tratar de um processo com contornos eminentemente políticos, conduzido por critérios persecutórios de questionável isenção, não esteve nem está em causa um julgamento judicial mas

sim um julgamento político que representa uma vergonhosa subversão do sistema de justiça. Garanto que recorrerei a todas as instâncias para defender a minha inocência, a honra dos autarcas deste país que podem estar sujeitos, como eu, ao mesmo tipo de discricionariedades, e pela própria dignidade da nossa democracia.

Clarifico que quaisquer pormenores e detalhes carreados para o processo referentes à minha vida privada são para mim absolutamente ilegais e são ilegítimos expedientes de distração e estigmatização que, por não terem qualquer relação com a minha atividade pública, não merecerão da minha

parte qualquer comentário.”

# Acusação atacada por referir boîtes

**A MAIORIA DOS CRIMES** imputados a Nabais prende-se com 89 viagens à capital. “Entre o final de 2004 e meados de 2009, o arguido ganhou o hábito de se deslocar, com uma periodicidade não inferior à mensal, a Lisboa, a fim de frequentar boîtes, em especial o ‘Elefante Branco’ e o ‘Gallery’”, sustenta a acusação, acrescentando que o autarca, “para afastar suspeitas”, dizia que ia a reuniões de trabalho relacionadas com o município”.

Era a Câmara do Alandroal que pagava as deslocações do autarca, em viatura pública conduzida por um motorista que é seu primo, e o alojamento de ambos em hotéis junto às boîtes, sustenta o MP, considerando as pernoitas escusadas, tanto mais que Lisboa fica a duas horas do Alandroal.

A defesa insiste nas reuniões de trabalho e, quanto ao modo como o autarca passava o resto do tempo, alega tratar-se da sua vida privada. De resto, o município não pagou uma única despesa pessoal de João Nabais ou dos seus familiares, nas viagens a Lisboa ou noutras, sustenta o advogado de defesa, Luís Filipe Pereira.

Para a defesa, a acusação revela um “profundo desprezo” pela vida privada e pelo princípio da separação de poderes. Aqui, questiona a legitimidade do Poder Judiciário para avaliar a relevância de atividades ou iniciativas de âmbito político que, alegadamente, justificavam as viagens do autarca. ●

## DEFESA LEVA “SUPERJUIZ” E ILUSTRES DA POLÍTICA

► No julgamento que decorrerá no Tribunal do Redondo, uma testemunha fundamental da acusação deverá ser João Grilo, atual presidente da Câmara do Alandroal, que foi número dois de João Nabais e também participou em viagens suspeitas, mas não foi acusado de qualquer crime. Nabais arrolou 163 testemunhas de defesa. António José Seguro, Manuel Pizarro, Luís Amado, Pedro Silva Pereira, Pita Ameixa, Capoulas Santos, Telmo Correia, Fernando Ruas, Moita Flores e Jaime Soares são algumas delas. Ao setor da justiça, o arguido foi buscar uma surpresa: o juiz Carlos Alexandre.





**FAXINFORME**

**CLIPPING**

**Jornal de  
Notícias**

**Tiragem:** 106.993

**Área:** 814cm<sup>2</sup>/ 28%

**Data:** 20.01.2013

**Tipo:** Jornal Nacional Diário

**Secção:** Nacional

**FOTO**

**Cores:** 4 Cores **Pág:**1;10;11



**50 doentes** tratados em Cuba. Na foto João Nabais e um grupo de contemplados em 2008